

# Monatran



BALNEÁRIO CAMBORIÚ

JORNAL DO MONATRAN - MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - FLORIANÓPOLIS/SC - FEVEREIRO 2014 - ANO 5 - Nº 50

## **CICLOFAIXA COMPARTILHADA**

### **Projeto implantado em Balneário Camboriú pode trazer grande risco de vida para usuários**

ESPAÇO DO PRESIDENTE - Página 3

**SC sediará  
Academia  
Nacional da  
Polícia  
Rodoviária  
Federal**

Página 8

**Continente  
recebe  
projeto  
para  
transporte  
marítimo**

Página 9

**Dilma veta PL  
que obrigava  
faixas de  
pedestre  
próximas a  
escolas**

Página 4

**Educação de  
trânsito pode  
ser disciplina  
obrigatória  
no ensino  
básico**

Página 11

**KOERICH**  
Gente Nossa



**NO TRÂNSITO, RESPEITE O CICLISTA.**



CIRCULAÇÃO  
EXCLUSIVA DE  
BICICLETAS



CICLISTA  
TRANSITE  
À ESQUERDA



CICLISTA  
TRANSITE  
À DIREITA

## EDITORIAL

# Mar de corpos

No último dia 26 de janeiro, uma ação organizada pelos familiares e amigos das vítimas de Santa Maria impactou o Brasil (foto). Silhuetas representando as 242 vítimas da tragédia foram pintadas em frente à boate Kiss, formando um mar de corpos estirados no asfalto - cena que despertava memórias e dor entre as centenas de pessoas presentes no local, a um dia de completar um ano do incêndio de 27 de janeiro de 2013.

Na maior parte do tempo, o silêncio era hipnotizante, introspectivo, mas logo a dor brotava no peito e a única forma de extravasar o sentimento que tomava conta era o choro ou o grito por Justiça. Lamentavelmente, como é de costume no Brasil, os quatro principais acusados pela tragédia seguem em liberdade e não há previsão de quando os responsáveis irão a julgamento.

Ainda assim, mesmo quem nunca havia parado para pensar no significado de 242 mortes em uma única noite, tremeu ao olhar as silhuetas pintadas por quase toda a extensão da Rua dos Andradas.

Diante deste quadro horrendo e solidários à dor de todos os envolvidos, começamos a refletir sobre as mortes no trânsito no Brasil. Todos os anos, mais de 40 mil pessoas perdem a vida nas ruas e estradas de nosso país. Imagine se todas estas vítimas fossem representadas com silhuetas no chão. Haveria espaço para trafegarmos alheios a esta realidade? Acreditamos que não.

Nossa sociedade, como um todo, precisa acordar para a realidade. Não podemos mais nos conformar com esta situação caótica na qual vivemos. É inadmissível definirmos toda esta tragédia como simples acidentes. Precisamos aprender a nos sensibilizar com a dor do outro e agir de forma a evitar tragédias futuras.

Recentemente, em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, estrelas amarelas eram pintadas nos locais onde ocorriam mortes no trânsito. Em alguns lugares, podiam ser vistas várias estrelas próximas e, ao passar por lá, era despertado um sentimento de tristeza profunda e reflexão.

Iniciativas como estas merecem ser copiadas e, quem sabe, acordem a sociedade e a levantem em prol da luta de preservar vidas!



## NOTAS E FLAGRANTES

Por **Fernanda Maciel**

[fernandamaciel@monatran.org.br](mailto:fernandamaciel@monatran.org.br)



### Relações sociais que se estreitam no trânsito

Correria, estresse, jornada tripla, filhos, amigos... A vida de uma mulher realmente não é fácil. Em meio ao caos, o carro pode ser usado como um instrumento para a resolutividade das dinâmicas familiares. De acordo com a pesquisa da psicóloga Neuza Corassa, 81,7% das mulheres e 75% dos homens usam o tempo atrás da direção para se socializarem. Há quem o use para melhorar a qualidade das relações e conversar com a família

ou amigos. É no trajeto de casa para a escola que muitas mães aproveitam para interagir com seus filhos, o que mostra o bom uso do tempo do trânsito. Outro exemplo é dado por famílias que preferem sair todos no mesmo automóvel para aumentar o tempo de convivência e qualidade das relações. Realmente, num mundo com tempo tão escasso, todas as brechas devem ser aproveitadas e o companheiro de quatro rodas pode colaborar para isso.

### Russo tem habilitação suspensa por 106 anos por dirigir embriagado

Um motorista russo teve sua habilitação suspensa por um período recorde de 106 anos, depois de ser pego dirigindo embriagado. A polícia de Perm, suspendeu a licença do homem, para evitar que ele voltasse a dirigir alcoolizado. Foi constatado que o homem já havia sido flagrado dirigindo embriagado várias vezes. Em junho do ano passado, o presidente Vladimir Putin suspendeu uma lei de tolerância zero para o álcool ao volante. Motoristas agora são declarados bêbados se registrados no bafômetro 0,16 miligramas ou mais de álcool por litro de ar expelido.

### Semáforos têm tempo aumentado para idosos em Curitiba

Na região central de Curitiba, doze semáforos para pedestres tiveram o tempo "aberto" aumentado, em dois a seis segundos a mais. O tempo de abertura dos sinais pretende facilitar a travessia de idosos. Com a participação de 460 idosos, entre homens e mulheres de 60 a 90 anos, a pesquisa verificou a velocidade média para travessia. Através de uma central de controle, os semáforos podem ser alterados, tornando desnecessário o deslocamento de um técnico até o local.

### Irresponsabilidade

Uma motocicleta com dois ocupantes rebocava um carrinho de mão no trecho considerado o mais violento do país. Além disso, o condutor não utilizava calçado adequado para a condução do veículo. O flagrante de irresponsabilidade foi feito no dia 14 de janeiro na BR-101, em São José/SC. A Polícia Rodoviária Federal abordou a motocicleta, orientou os ocupantes do risco de um acidente acontecer em virtude daquele comportamento e autuou o condutor por dirigir o veículo usando calçado que não se firme nos pés.



 **monatran**

Jornal do MONATTRAN -  
Movimento Nacional de Educação no Trânsito  
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911  
Centro - Florianópolis / Santa Catarina - CEP 88020-000  
Fone: (48) 3333-7984 / 3223-4920  
E-mail: [jornal@monatran.org.br](mailto:jornal@monatran.org.br)  
Site: [www.monatran.org.br](http://www.monatran.org.br)

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

**Presidente:** Roberto Alvarez Bentes de Sá

**Diretores:** Romeu de Andrade Lourenção Júnior  
José Carlos Pacheco  
Sergio Carlos Boabaid  
Luiz Mario Bratti  
Maria Terezinha Alves  
Francisco José Mattos Mibielli

#### Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes - Registro Profissional nº 775 - DRT

**Chefe de Revisão:** Fernanda Luz Maciel

**Redatora:** Ellen Bruehmueller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

**Tiragem:** 12.000 exemplares

**Distribuição:** Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATTRAN ou do editor.

## ESPAÇO DO PRESIDENTE

Roberto Alvarez Bentes de Sá  
robertobentes@monatran.org.br



### “MORRO E NÃO VEJO TUDO”



A expressão acima, que me ficou mais familiar em Santa Catarina, cai como uma luva diante do que presenciei assombrado neste último fim de semana, quando desfrutei a bela e prazerosa Cidade de Balneário Camboriú. Foi no momento em que conheci a chamada CICLOFAIXA COMPARTILHADA que, ainda mal sinalizada e sem fiscalização, está instalada na Avenida Atlântica.

Nessa CICLOFAIXA desfilam bicicletas, patins, patinetes motorizados, skates, triciclos, pessoas fazendo jogging ou simplesmente o “trottoir”, numa frequentada procissão em ambos os sentidos. Muito bonito, até festivo, não fosse o perigo que sobrepassa a utilização do citado espaço.

A Ciclofaixa está localizada ao lado do calçadão da praia e, pasmem os que ainda não a viram, é também utilizada para embarque e desembarque de pessoas (foto), em sua

grande maioria turistas e pessoas idosas, que se valem dos “bondinhos” e dos ônibus da Expressul para os seus agradáveis passeios turísticos.

Será que em nenhuma oportunidade os responsáveis pela criação dessa faixa não se aperceberam do potencial de perigo a que estariam expostas as pessoas que por ali procedem ao embarque ou desembarque de veículos? Não tiveram a sensibilidade de prever para enxergar o óbvio, o iminente perigo de um choque, com risco de vida, entre os usuários de toda sorte de pequenos veículos mecânicos e os pedestres embarcando ou desembarcando dos transportes? Será que não levaram em conta que em sua maioria são crianças e pessoas idosas e, por isso mesmo com maior dificuldade de locomoção? Pergunto: por que os veículos de transporte não circulam pelo lado da

calçada onde estão localizados os prédios?

Porque as empresas proprietárias desses veículos não foram orientadas a adaptarem os mesmos com saídas pelo lado esquerdo, processo que seria fácil de ser executado, atendendo a conveniência de respeitar a implantação da Ciclofaixa?

Lamento profundamente, que o presidente da Comissão de Trânsito da OAB-PR, Marcelo Araújo, declarou às autoridades de trânsito de Balneário Camboriú, que “a ousadia foi muito acertada em privilegiar o ser humano, criando este espaço”.

Senhor Prefeito Piriquito ponha a mão na ameaça desse corredor público enquanto é tempo! O risco de acidente nesse espaço, intencionalmente bem bolado, poderá lhe trazer inesperados contratemplos e dissabores.

E aí haverá mais gente para exclamar: **MORRO E NÃO VEJO TUDO!**

## DISPOSITIVO PARA CAPACETES

Os ciclistas do mundo inteiro podem contar com mais um item para aumentar a segurança durante as pedaladas. Criado em Londres, para ser instalado em qualquer tipo de capacete, o sensor de obstáculos *ICEdot Crash Sensor* alerta os usuários das bicicletas sobre os impactos da aproximação de pedestres e veículos. Em caso de acidentes, o dispositivo também envia as informações necessárias para agilizar o atendimento e salvar a vida do ciclista envolvido. O novo equipamento de segurança é um incentivo a mais para as pessoas não se esquecerem do capacete na hora de curtir as pedaladas.

## CHECKPLACA

O Checkplaca, aplicativo para celular e computador lançado pelo Ministério da Justiça, já alcançou mais de 400 mil downloads, tornando-se o mais baixado na loja da Apple no Brasil e o 14º lugar no mundo. Basta digitar a placa para o aplicativo informar o modelo, as características e situação do carro na base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Sinesp).

Quando o aplicativo detecta algo irregular, o sistema avisa e dá a opção de o usuário ligar, sem ter que se identificar, para a polícia, que manda uma equipe ao local para verificar a situação.

O aplicativo também é utilizado pelas forças policiais. Gratuito, o programa está disponível para dispositivos como os sistemas operacionais IOS (Apple) e Android.

O Ministério da Justiça informou ainda que 50 veículos foram recuperados graças ao aplicativo, com média de um por dia.

## MOTO COM CONFORTO

Uma empresa norte-americana vai colocar no mercado a LitC1, uma moto 100% elétrica que pode ser utilizada como um automóvel. O modelo, que atinge velocidade máxima de 200km/h, tem mobilidade suficiente para ganhar terreno no trânsito agitado das grandes cidades, além de fazer o ocupante se sentir confortável e mais protegido. Ela também possui cintos de segurança, airbags múltiplos e um chassi de aço reforçado, além de controle de temperatura e sistema de som. A bateria de 8 kWh da moto elétrica lhe confere uma autonomia de mais de 350 km. Situada em São Francisco, na Califórnia, a empresa vai colocar as primeiras mil unidades no mercado em 2014.

O modelo custará US\$ 24 mil.

# Dilma veta PL que obrigava faixas de pedestre próximas a escolas



A presidente Dilma Rousseff vetou todo o projeto, aprovado pelo Congresso Nacional, que obrigava a implantação de faixas de pedestre nas proximidades de escolas em todo o país. O texto dizia que as faixas deveriam estar

em um raio de um quilômetro dos estabelecimentos de ensino.

Na justificativa para o veto, Dilma disse que o texto “da forma ampla como redigida, não trazia a consideração de critérios técnicos, nem das necessidades concretas

para sua implementação”. Além disso, por um lado, não leva em conta a vontade da população envolvida e, por outro, impõe gastos ao poder local, que não poderá decidir quanto à conveniência da alocação dos recursos do orçamento

municipal destinados à sinalização de trânsito”, escreveu a presidente.

O veto ainda deve ser analisado pelo Congresso em sessão conjunta da Câmara e do Senado. Os congressistas podem decidir derrubá-lo ou mantê-lo.

## Denatran convoca sociedade a construir manuais de boas práticas

O Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) tornou público o interesse na elaboração de dois manuais de boas práticas: um deles é o Manual de Boas Práticas na Formação do Condutor e o outro é o Manual de Boas Práticas de Convivência no Trânsito.

Para tanto, solicita a contribuição dos profissionais da área de trânsito, dos órgãos pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito e demais segmentos da sociedade, que queiram contribuir para a criação dos referidos manuais.

Para a educadora de trânsito Márcia Pontes, a proposta de construção coletiva destes materiais contribui para a horizontalização da comunicação, a abertura de canais de diálogo, a mobilização popular e a participação ativa e de qualidade, que são prerrogativas das mais democráticas que existem.

“A formação de condutores no Brasil, especialmente, vive um momento histórico: de debates, de diálogo, em que a sociedade organizada se debruça sobre a realidade que precisa urgentemente ser mudada. Cada um, cada cidadão, cada instituição, a sociedade organizada e os profissionais envolvidos no processo de ensinar e aprender a dirigir podem dar a sua contribuição”, comemorou.

As sugestões e encaminhamentos que abrangem a temática, como por exemplo, projetos e materiais didático-pedagógicos podem ser enviados pelo Correio ou por email à Coordenação Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito do Denatran, até o dia 15 de março de 2014, no seguinte endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, Ed. Telemundi II, 5º andar, sala 506, CEP 70070-010 Brasília-DF. Fones: (61) 2108-18150. E-mail: manualcondutor@cidades.gov.br



## Comissão verificará a implantação de simuladores

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) tem a missão de definir as diretrizes gerais da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, e à educação para o trânsito.

Assim, o DENATRAN - Departamento Nacional de trânsito, a AND - Associação Nacional dos Detrans, e a FENEAUTO - Federação Nacional de Autoescolas e Centros de Formação de condutores iniciaram desde o dia 21 de janeiro, visitas em todos os estados e no Distrito Federal para acompanhar e avaliar a implementação da Resolução do CONTRAN nº 444/2013, que trata das normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos.

As visitas têm como objetivo principal acompanhar a implantação da tecnologia, assim como difundi-la, bem como entender as dificuldades regionais para encontrar soluções conjuntas de modo que inexista qualquer prejuízo ao candidato no processo de formação de condutores para primeira habilitação neste período inicial dessa nova etapa no processo do ensino aprendizagem, que pretende

colaborar para melhorar a formação dos condutores brasileiros com uma nova proposta pedagógica e uma preocupação educacional para que o processo educativo pelo qual o novo condutor tem acesso no CFC seja percebido e vivenciado, num contexto de trânsito mais seguro e menos violento.

Desde maio de 2011, o Ministério das Cidades por meio do Denatran, aderiu a Década de Ações de Segurança no Trânsito, e implantou o Parada - Pacto Nacional pela Redução de Acidentes, convocando toda a sociedade para refletir sobre as consequências geradas pela imprudência dos condutores nas ruas e estradas do país, onde imprudência é a principal causa de acidente fatal, lembrando aos motoristas a importância do respeito às leis de trânsito.

O PARADA tem por objetivo a atuação em quatro eixos: legislação, educação, comunicação/mobilização e fiscalização. No eixo Educação, está sendo investido em diversas melhorias no processo de formação dos futuros condutores, e foi desenvolvido a tecnologia do simulador de direção veicular através de estudos.

Jose Roberto de Souza Dias \*



## A Copa é nossa

A Copa do Mundo já é nossa, não exatamente a do futebol, mas a dos acidentes de trânsito. Matéria publicada pelo jornal Valor Econômico repercute informação da Previdência Social mostrando que os gastos previdenciários decorrentes de acidentes de trânsito cresceram 53,84% nos últimos dois anos: saltaram de 7,8 bilhões de reais em 2011 para 12 bilhões em 2013.

O Governo, como ocorre nos últimos anos, é pego de surpresa e faz o que já é praxe, prometer mundos e fundos para salvar sua aparência, desgastada com sua fraca política de prevenção. Aliás, não é só no trânsito que se percebe a falta de planejamento. Grandes e graves acidentes “naturais” se repetem constantemente e a culpa é da chuva, do cidadão que constrói em encostas, e claro, nunca das autoridades que não sabem prever para prover. Outro exemplo são os apagões elétricos que se repetem e o culpado é o raio, a seca, a chuva ou um enigmático curto circuito, jamais a política energética e seus responsáveis.

Nos acidentes de trânsito não é diferente, o caminho mais curto sempre leva ao condutor, genericamente o culpado número um, mesmo que os repetidos eventos indiquem o raio de curva, a falta de “guard rails” ou o péssimo estado de conservação das estradas. Impossível esperar uma política de prevenção de governantes que a cada dois anos disputam um novo pleito e param toda a máquina pública para se reelegerem.

Prevenção é coisa para estadistas e não para gerentes de plantão. Por uma razão muito simples: prevenção depende de políticas de longa maturação. Por exemplo, a diminuição significativa dos acidentes de trânsito urbanos está condicionada à mudança da matriz de transporte das cidades. Isso não se faz de um dia para o outro. As pessoas só vão deixar os carros e as perigosas motos de baixa cilindra-

da, quando o ônibus, o metrô, o monotrilho e as barcas substituírem, com qualidade e preço tarifário, o transporte individual.

Alguns administradores públicos parecem duvidar da inteligência de seus eleitores. Só isso explica a forma com que lidam com a sociedade. Parece, por exemplo, não perceberem que a fluidez no trânsito ou a diminuição de acidentes não se resolve com a pintura de faixas para corredores de ônibus, licitações – algumas duvidosas – do transporte urbano ou o congelamento provisório de tarifas. Pensam pequeno, agem menor ainda e estão apenas de olho nas próximas eleições. Não possuem a coragem dos estadistas que esquecem as placas de inauguração e trabalham por um futuro onde o nome do administrador se perde perante a benfeitoria da obra concebida. Grandes nomes não precisam de placas e de bustos, a própria História os reconhecerá.

A acidentalidade de trânsito no Brasil é de inteira responsabilidade dos governos que estimulam o transporte individual em detrimento do público de qualidade e não tem a capacidade de formar e reciclar os condutores, nem de construir e manter vias seguras.

O resultado não podia ser outro, crescem os acidentes e a conta estoura na outra ponta do balcão, comprometendo inclusive a já combalida previdência social. O mais grave é que 27% da frota nacional de veículos é formada por motos, a maioria de baixa cilindrada e a cada ano é crescente o número de acidentes com motociclistas. As despesas previdenciárias em 2013 foram mais altas devido aos acidentes de moto.

Interessante salientar os custos elevados de hospitalização e recuperação de vítimas, principalmente nas pequenas cidades do interior brasileiro. As poucas campanhas de prevenção se concentram principalmente nas grandes cidades e no eixo sul-sudeste, deixando ainda mais vulneráveis os pequenos

e médios municípios.

Segundo, ainda, o Jornal Valor Econômico em 2011 foram atendidos pelo seguro-obrigatório -DPVAT - 366,4 mil casos. Em 2013 – apenas no primeiro semestre - esse número já atingia a casa dos 299,3 mil. Segundo previsão da Seguradora Líder, responsável por esse sistema, pode-se chegar no final do período ao assustador montante de 600 mil desembolsos. De todos os problemas o mais alarmante se refere à reabilitação profissional, o que coloca milhares de famílias em situação de risco.

O precário serviço governamental consegue reabilitar de 15 a 20 mil pessoas por ano, diante de uma demanda de 300 mil. As contas da Previdência Social são fortemente pressionadas pelas indenizações causadas pelos acidentes de trânsito. Em 2013, as despesas de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença superaram os 65 bilhões de reais. O impacto dos acidentes de trânsito nessas contas parece ainda não ter sido percebido pelos governantes, que atualmente estão mais preocupados com a Copa do Mundo e a reeleição. Nas ruas e estradas trava-se uma guerra fratricida, que as autoridades não tiveram até hoje a capacidade de enfrentar. Ou, dito em outro sentido, “construir arenas é fácil”, difícil é virar o jogo do trânsito para a vida ganhar de goleada.

*\* Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP. Professor Adjunto da UFSC criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes, foi Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran. Secretário-executivo do Gerat da Casa Civil da Presidência da República, Diretor de Planejamento da Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Chamberlain de Estudos Avançados, Membro do Conselho Deliberativo do Movimento Nacional de Educação no Trânsito-Monatran, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis – Cesusoc, Coordenador do Núcleo de Articulação Voluntária, Nav.*

## DENÚNCIA

### Bares de Jurerê obstruem circulação de veículos

“Todos os dias é a mesma coisa. Lá pelas cinco da tarde alguns bares de Jurerê Tradicional simplesmente ocupam a área de estacionamento e circulação com mesas e cadeiras. Os clientes ficam literalmente sentados onde

trafegam veículos e pedestres (foto ao lado). Como se não bastasse o fato de ocuparem um espaço público e tão escasso naquela região, ainda expõem os clientes ao risco de atropelamento. Pela foto já dá para perceber bem o absurdo e imaginar os perigos a que estão

expostos os que sentam ali. O que eu não consigo entender é “por que será que a polícia passa por ali e fica indiferente?! Será que não se importam mais com o cumprimento da lei?” A denúncia chegou de um leitor que prefere não ser identificado.



# Governador e vice inauguram revitalização da SC-110 entre Urubici e Bom Retiro

O governador Raimundo Colombo e o vice Eduardo Pinho Moreira inauguraram, no dia 8 de janeiro, a revitalização da rodovia SC-110, antiga SC-430, entre o município de Urubici e a BR-282, em Bom Retiro. Para a realização das obras foram investidos R\$ 3,7 milhões do governo do Estado por meio do Programa Pacto por Santa Catarina. Foram revitalizados 24,6 quilômetros da estrada que é a principal via de acesso à Capital do Estado, utilizada principalmente pela população de Urubici e São Joaquim.

“A obra é fundamental para o desenvolvimento do turismo, da economia e para segurança das pessoas. As belezas naturais e o potencial dessa região são extraordinários. A estrada estava em péssimas condições, nós a reconstruímos completamente. Estamos implantando soluções estruturantes para cada região desse Estado. Para o progresso dos locais são necessárias estradas de qualidade”, disse o governador.

A recuperação da via tem uma importância muito grande para os produtores da região. O município de Urubici é considerado o maior produtor catarinense de hortaliças, com 20 variedades e uma produção de 74



mil toneladas anuais. São Joaquim que é o maior produtor nacional de maçãs, também utiliza a rodovia para escoar parte da produção. O Estado, hoje, responde por 50% da produção nacional da maçã. Em Santa Catarina, são em torno de 2,5 mil produtores, o município de São Joaquim tem cerca de 1650 fruticultores.

Outro dado relevante é que Urubici e São Joaquim são os dois principais polos turísticos da Serra catarinense, com a grande concentração de pou-

sadas rurais. A obra deve desenvolver ainda mais o setor, garantindo mais segurança e conforto aos visitantes.

O vice-governador salientou que para o desenvolvimento das regiões é necessário ter uma boa infraestrutura. “Muitos problemas que antes eram enfrentados, como por exemplo, os buracos e a falta de sinalização, agora foram sanados com a revitalização. É muito mais desenvolvimento e qualidade de vida tanto para moradores, como para os milhares de turistas que visitam

essa região anualmente”.

O secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, destacou que para executar essa revitalização, o governo do Estado junto ao Deinfra analisou os 4,5 mil quilômetros de rodovias do Estado, levando em consideração o tráfego, os acidentes e o escoamento da produção agrícola. “Cerca de dois mil quilômetros estão recebendo melhorias. Até o final deste ano, quase todas essas obras estarão concluídas. São obras que vão transformar a nossa malha viária.”

O governador Raimundo Colombo lembrou algumas obras que estão sendo e foram executadas nas rodovias da região. Colombo citou a pavimentação dos trechos da SC-112, ligando os municípios de Urupema e Rio Rufino, e da SC-370, entre Urubici e a Serra do Corvo Branco. Esta última dá suporte à bacia produtora de leite e hortaliças do Vale do Rio Canoas, beneficiando em torno de 500 famílias de pequenos agricultores. Em andamento, estão ainda a reconstrução da SC-114 entre São Joaquim e Painel, e a Rodovia Caminhos da Neve, em direção ao Rio Grande do Sul, as duas são importantes rotas de escoamento da produção de maçãs de São Joaquim.

## Multas de deputados estaduais somam R\$ 25 mil

**Parlamentares e assessores cometeram centenas de multas com os 55 automóveis da Assembleia Legislativa**

Em reportagem especial, o Estúdio SC denunciou as infrações de trânsito cometidas em carros alugados pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. São 55 automóveis, de alto padrão, disponibilizados para os 40 deputados e seus assessores em um contrato anual no valor de quase R\$ 2 milhões. Só no ano passado, foram registradas centenas de multas nesses veículos, somando um custo de R\$ 25 mil.

Segundo a Presidência da Instituição, as multas são de

responsabilidade de cada parlamentar. O valor é descontado no mês seguinte à notificação, no contracheque do deputado. Fica a critério dele repassar a dívida ao servidor que dirigia o automóvel no momento da infração, ou não. No entanto, para o presidente do Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Roberto de Sá, o prejuízo é da sociedade.

“O que importa é que esse tipo de comportamento não deveria existir, principalmente, entre membros do Poder Legislativo. Eles têm obrigação de dar exemplo, bons exemplos, porque muitos maus exemplos nós temos por aí”, disse.

Alguns parlamentares chegam a acumular mais de 20 autuações num período de seis meses, de acordo com a reportagem. Entre as mais frequentes estão o uso do celular, o desrespeito de sinais vermelhos e o

não uso do cinto de segurança. Um dos carros, a serviço de um deputado, foi multado por estacionar em vaga exclusiva pra deficientes físicos.

“Não tem perdão. Não é possível. O Brasil neste aspecto evoluiu muito. Você vê como a gente cresceu e amadureceu nessa questão de respeito ao pedestre. Então como é que um carro que serve a um parlamentar, um servidor público, não vai dar esse exemplo?”, afirmou o presidente da Alesc, Joares Ponticelli, sobre o caso. **(Fonte: Diário Catarinense)**

**NOTA DO EDITOR:** Apesar de sabermos que tais atitudes lamentáveis estão concentradas em uma minoria da Casa, ficam algumas questões: Será que esses motoristas foram penalizados pelo Detran/SC? Será que eles tiveram suas carteiras suspensas?

## Técnicos finalizam análise de projetos de mobilidade da Grande Florianópolis

Os técnicos da SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar) finalizaram a análise dos projetos recebidos por meio do PMI 002/2012, que traz propostas para a mobilidade urbana da Grande Florianópolis. A conclusão foi apresentada ao governador Raimundo Colombo no dia 20 de janeiro. A análise aponta para a implantação do sistema marítimo, como sistema complementar e integrado ao sistema de transporte existente. No entanto, serão necessários mais estudos e melhorias nas propostas para dar continuidade ao trabalho.

Segundo o Comitê Gestor de Parceria Público Privadas (CGPPP), para que possam atender às necessidades dos usuários e a capacidade financeira do poder público, os projetos propostos pela empresa CCR e pelo Consórcio Floripa em Movimento, precisam de uma série de ajustes. O comitê definiu as diretrizes para estes ajustes e autorizou as empresas proponentes a prosseguir com seus estudos, visando adequar os seus projetos.

Ainda durante a apresentação dos resultados, o governador determinou ao secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, o envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa prevendo a criação da região metropolitana, o que permite a unificação das discussões das propostas de mobilidade urbana entre os municípios.

O secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, comentou ainda que existe a possibilidade de ser realizado um teste de transporte marítimo entre Palhoça e Florianópolis.

Ildo Raimundo Rosa \*



## A arrecadação das multas de trânsito

Nos últimos meses vem se reproduzindo a divulgação de que diferentes agentes espalhados por todo o país adotaram equipamentos voltados para o monitoramento de nossas ruas e rodovias, quase sempre associados a uma clara tentativa de reduzir o número de acidentes e consequentemente de mortes.

A parafernália incorpora especialmente modernos vídeos sensores acoplados na identificação, em tempo real, dos motoristas infratores, o que certamente acaba contribuindo para um notável incremento da arrecadação de multas, especialmente por excesso de velocidade e demais condutas em vias públicas tais como estacionar em locais proibidos e avanço de sinais.

O que raramente chama nossa atenção e mais do que isso nossa preocupação é saber de forma transparente como são geridos esses valores arrecadados, tanto nas rodovias federais, neste caso a carga da Polícia Rodoviária Federal, vinculada ao Ministério da Justiça, bem como nas rodovias estaduais e nas próprias prefeituras, derresponsabilidade de diferentes órgãos de estrutura de poder.

Já o Código de Trânsito Brasileiro-C-TB, contempla de forma detalhada como devem, “em tese”, serem administrados es-

ses recursos mas ao mesmo tempo destina do DENATRAN parte do total arrecadado, que segundo algumas recentes projeções, não muito divulgadas, poderiam atingir a fantástica soma de 800 milhões anuais.

No âmbito do município, onde sempre são aventadas as crônicas dificuldades na captação de recursos, e tão somente a guisa de exemplo cito o caso por mim vivenciado enquanto Diretor do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF DE 2006 a 2008, responsável portanto, pela Gerência de Trânsito da Capital, quando alguns meses após ser empossado constatei que havia uma preocupante evolução histórica onde num quadro aproximado de 6 a 7 mil infrações mês detectadas, tanto pelo vídeo monitoramento quanto pelas multas efetivamente aplicadas pela Guarda Municipal, desse total, eram efetivamente cobradas em torno de duas mil a três mil multas o que totalizava em torno de 350 mil reais por mês.

Assim sendo debrucei-me sobre o problema e num primeiro contato com a empresa Engebrás, gestora dos “pardais”, fui surpreendido pela clara manifestação de que mesmo respondendo pelo monitoramento de muitas cidades, inclusive algumas capitais, era em Florianópolis onde ocorria esse descompasso que se refletia

diretamente nas distorções antes aventadas.

A mera inclusão de alguns Guardas Municipais com a redução do número de contratados, já no primeiro mês elevou-se a arrecadação para 900 mil reais chegando três meses depois a soma de cerca de um milhão e meio de reais mantendo-se desde então.

O inesperado aporte de novos recursos permitiu nos redimensionar a própria Secretaria de Segurança do Município, renovando-se a frota da Guarda e promovendo-se notáveis melhoras na própria estrutura de arrecadação do município com a criação de nova JARI.

A proximidade do contribuinte com os órgãos arrecadadores próprias do município deveria levar o Governo Federal a privilegiar esse poder de recursos provenientes das multas e não manter o DENATRAN com uma expressiva arrecadação, enquanto os municípios permanecem a míngua.

\* Delegado da Polícia Federal. Ex-presidente do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Florianópolis. Membro do Conselho Deliberativo do MONATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

## Lei de Darci de Matos institui o dia estadual do agente de trânsito



Deputado Estadual-SC Darci de Matos

Já está em vigor a Lei n.º 16.326, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual dos Agentes da Autoridade de Trânsito, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de setembro. A lei foi sancionada pelo governador Raimundo Colombo em 20 de janeiro e passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos de Santa Catarina.

A data coincide com o dia nacional, instituído pela lei n.º 12.821, de 05 de junho de 2013, e com as comemorações da Semana Nacional de Trânsito. O parlamentar lembra que nesta data, em

1997, foi instituído o Código Brasileiro de Trânsito, através da Lei Federal n.º 9.503, responsável pelo surgimento da categoria profissional dos Agentes da Autoridade de Trânsito. “É inegável a transformação que houve no cotidiano dos brasileiros com a nova lei de Trânsito. Desta forma, os agentes da autoridade de trânsito se tornaram indispensáveis na administração do sistema e no contato direto com os seus usuários. A lei é uma forma de reconhecer o importante papel da categoria”, afirma Darci de Matos.

# SC sediará Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal

Florianópolis vai receber a primeira Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal do país, uma unidade de ensino e treinamento de novos profissionais. O anúncio oficial foi feito no dia 27 de janeiro, em ato no gabinete do governador Raimundo Colombo, com a presença de autoridades da área de Segurança Pública do Estado e do governo federal e do prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior.

A Academia funcionará em um espaço alugado pelo Ministério da Justiça no Norte da Ilha de Santa Catarina, na SC-401, na localidade de Vargem Pequena, próximo ao Trevo dos Ingleses. As obras estão na reta final, com conclusão de toda a adaptação de estrutura prevista para ocorrer até março. A inauguração oficial deverá contar com a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Com as adaptações já realizadas, será possível ini-

ciar o primeiro curso neste mês de fevereiro, quando cerca de 1,2 mil alunos de todo o país começarão o treinamento oficial na unidade – sendo que 93 deverão permanecer no Estado após o curso para reforçar o efetivo catarinense. Também participarão dessa primeira turma 16 haitianos, resultado de uma parceria entre os governos do Brasil e do Haiti.

“É uma conquista muito grande para Santa Catarina, todos os policiais rodoviários federais passarão a ter sua formação profissional e sua qualificação realizadas em Florianópolis. Teremos momentos com 1,2 mil profissionais sendo formados ao mesmo tempo e cerca de 500 pessoas envolvidas nessa formação, entre professores e técnicos, o que vai dar um dinamismo econômico muito forte para Florianópolis, em especial para a região do Norte da Ilha, que hoje ainda sofre



com a sazonalidade do turismo de verão”, avaliou o governador Raimundo Colombo. Como a unidade não terá alojamento nem restaurantes, a expectativa é de que os profissionais e alunos da Academia gerem um impacto bastante positivo na economia da região.

O terreno escolhido tem 80 mil metros quadrados e a área construída tem cerca de 10 mil metros quadrados. O espaço conta com 34 salas, laboratório de informática, auditório, biblioteca, vestiários, academia, pistas de corrida e de caminhada, quadra coberta e estandes de tiro. Também está em construção um hangar e um heliponto. O coordenador de ensino da Academia,

Bruno Schettini, explicou que a unidade terá uma equipe administrativa fixa de 50 pessoas e o número de instrutores varia de acordo com o curso. Para o primeiro treinamento, com duração de cerca de quatro meses, serão 400 instrutores.

“Com a Academia Nacional, a polícia ganha condições de melhor capacitar todo o seu efetivo, inclusive com ganhos de logística, uma vez que todo o treinamento será no mesmo local. Com isso, todos os profissionais passarão pelos mesmos treinamentos e pelos mesmos tipos de experiências”, destacou Bruno, lembrando que até então os cursos ocorriam em centros de treinamentos

em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Ceará. A unidade também coordenará todo o trabalho nacional de ensino à distância.

O coordenador-geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, Adriano Marcos Furtado, que também participou da reunião, afirmou que o contrato de aluguel do espaço tem validade de cinco anos, mas pode ser renovado, e que a expectativa é de manter a Academia Nacional permanentemente em Florianópolis. Ele agradeceu ao apoio do governo do Estado nas negociações para implantar a unidade em SC e elogiou a integração entre os diferentes órgãos catarinenses de Segurança Pública.

## PRF utiliza na BR-101 sistema que detecta irregularidades a distância

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Santa Catarina realizou, em janeiro,

uma fiscalização com um novo sistema que identifica irregularidades nos veículos

através das placas. As abordagens foram realizadas em vários pontos da BR-101 na Grande Florianópolis. Ao final, foram 44 veículos retidos e 63, multados.

Chamado de Sistema OCR, ele funciona com um tipo de câmera, posicionada na marginal da rodovia. Em dois segundos, o equipamento identifica através da placa se o veículo está com alguma restrição, como registro de furto, placa clonada ou problemas na identificação.

Um dono de automóvel que não pagou licenciamento foi pego na hora pela

câmera. A caminhonete dele foi retida até que tudo fosse regularizado. “A fiscalização fica muito mais eficiente. Você já aborda sabendo que é um veículo com problema e a partir dali você pode fazer uma fiscalização e descobrir outras coisas”, informou o inspetor da PRF Luiz Graziano.

O equipamento busca informações no banco de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Detran) e consegue fazer o registro de seis veículos ao mesmo tempo. O próximo passo é ampliar a fiscalização de

veículos estrangeiros que circulam na rodovia em Santa Catarina. “Verificou que o veículo tem muita pendente, a gente aborda, retém o veículo, imprime o boleto, ele tem que pagar. Assim, ele vai ter certeza de que, se infringir a lei aqui, ele não vai ficar impune”, explicou o inspetor.

Pelo contrato, a PRF tem uma limitação de número de horas em que pode usar o equipamento por mês. A ideia da entidade é utilizar a tecnologia rotineiramente, conforme Graziano, em todas as semanas.



# GMF e Detran fiscalizam veículos estrangeiros

**Mais de 200 carros foram abordados nos dias 15 e 21 de janeiro**

Agentes da Guarda Municipal, Polícia Militar e Detran SC efetuaram duas ações de fiscalização de veículos estrangeiros.

Na manhã do dia 15 de janeiro, dos 60 veículos abordados pela operação conjunta, quatro apresentaram irregularidades e ficaram retidos praticamente até o término da ação integrada, com vistas à regulamentação do automóvel. Já no dia 21, sete motoristas estavam irregulares, de um



total de 157 abordados.

O propósito da operação conjunta foi verificar se o condutor dispõe do passe-livre obrigatório, documento

que atesta a regularidade do veículo, bem como trânsito livre no Brasil, através do Tratado da Reciprocidade direcionado aos países

membros do Mercosul. Além disso, a abordagem preocupou-se em verificar se os veículos possuíam os itens obrigatórios de segurança.

As blitz em veículos estrangeiros são realizadas de maneira idêntica às averiguações em automóveis

brasileiros. Ao autuar o condutor, o agente encaminha a infração ao órgão de origem. Ao entrar na base de dados do Detran/SC, será possível a emissão da guia para pagamento, que pode ser efetuado em agências bancárias ou casas lotéricas.

O aperfeiçoamento da legislação – em relação ao trânsito – a partir de 2012 regulamenta a entrada e saída de veículos licenciados no Exterior. Até então, pela ausência da unificação dos dados, o condutor em visita ao país cometia a infração, ia embora e nada acontecia.

Hoje, a situação mudou. Os países que fazem parte do Tratado da Reciprocidade ou integram o Mercosul assinaram acordo prevendo que, para poder voltar ao país de origem, o proprietário de veículo com infração de trânsito precisa primeiro quitar as dívidas referentes a essas autuações. Em caso de não quitação, o veículo fica retido.

## Continente recebe projeto para transporte marítimo

**Um dos trapiches flutuantes será implantado no bairro Abraão**

Mais um passo foi dado em meados de janeiro para a implantação do transporte marítimo em Florianópolis. A Equipe da Secretaria de Mobilidade Urbana apresentou ao secretário do Continente João Batista Nunes o projeto implantado em caráter experimental.

De acordo com o secretário, o documento será encaminhado à equipe técnica que fará um parecer sobre o projeto.

“O transporte marítimo é fundamental para minimizar os problemas de mobilidade urbana da Grande Florianópolis e extremamente importante para a região. Parabéns a Secretaria de Mobilidade pela agilidade no processo, temos que valorizar o potencial do mar como uma alternativa para nosso trânsito”, afirmou João Batista.

O projeto foi entregue pelo secretário-adjunto de mobilidade urbana, Adriano José Mafra, pelo gerente de Sinalizações e Abrigos, Dejair Alcides dos Passos, e pelo gerente de planejamento, Lindomar Forte.

O projeto - Durante o passeio teste do transporte marítimo, o trajeto, que de carro seria feito



em 40 minutos em horário de pico, foi feito em 15 minutos. Para o início da operação, é necessário apenas que trapiches flutuantes sejam colocados em quatro pontos da cidade: Centro, Canasvieiras, Ribeirão da Ilha e Abraão. A ideia é que o sistema seja implantado neste ano.

O transporte, que tem lugar para 45 passageiros e três tripulantes, ficará em operação por 90 dias, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 90. Ao final do processo, se aprovado o sistema, haverá licitação para exploração do serviço.

**Integração** - Para quem utiliza bicicleta, a novidade é que futuramente a parte superior do barco poderá ser adaptada. Com isso, haverá lugar para transportar 15 bicicletas comuns e cinco dobráveis.

## Mobilidade Urbana combate transporte ilegal

Até o dia 26 de janeiro, a equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU) da Operação Presença-Verão 2014, apreendeu 14 veículos, todos fazendo transporte de passageiros de forma clandestina. Os veículos de táxi, turismo e escolar foram abordados em diferentes pontos da cidade, em dias e horários alternados e assim verificados itens de segurança e documentação.

“A documentação necessária garante que o veículo pas-

sou por todas as vistorias e está seguro para operar”, afirmou o fiscal Valter Tamagusko.

Nos casos de apreensão, o proprietário recebeu multa de R\$ 1.000,00 por não ter registro na SMMU, além de R\$ 533,00 pela apreensão e R\$ 50,00 de diária.

“A atuação da fiscalização é muito importante, pois quando há flagrantes desse tipo deixa-se de colocar em risco a vida de muitas pessoas”, disse André Curcio, diretor de operações.

Crédito: Aline Andrade



**Atuação da fiscalização coibe o transporte clandestino**



# JUDICIÁRIO

## Liminar suspende lei de Santa Catarina sobre formação de condutores de veículos

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu liminar para suspender dispositivos de uma lei do Estado de Santa Catarina que autorizam o Poder Executivo a delegar, como serviço público na área de trânsito, a formação de condutores de veículos. A Lei catarinense 13.721/2006 foi questionada no STF pela Procuradoria Geral da República (PGR) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4707.

Segundo a PGR, o tema da formação de condutores é de competência da União, abordado no Código Brasileiro de Trânsito, que submete a matéria a um regime de autorização. A lei catarinense, diz a PGR, além de invadir área normativa própria da União, converte uma atividade econômica em um serviço público.

Petição encaminhada pela PGR ao Supremo noticia o surgimento de fato novo, com a publicação, no dia 20 de janeiro, de edital de concorrência para promover a delegação da prestação



Ministra Cármen Lúcia

do serviço de formação de condutores sob o regime de permissão, com base na legislação impugnada pela ADI.

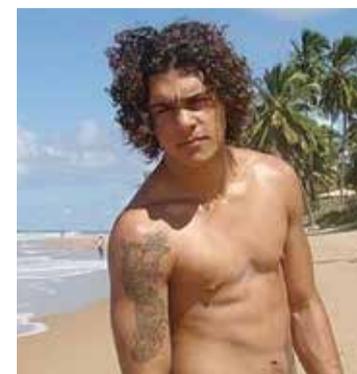
**Urgência** - O vice-presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, no exercício da Presidência, deferiu o pedido para suspender o inciso II do artigo 1º e o artigo 3º da Lei 13.721/2006, assim como a concorrência aberta pela Secretaria de Estado

da Segurança Pública de Santa Catarina para o serviço de formação de condutores por meio da Concorrência 042/2011.

Segundo o ministro, a relatora da ADI, ministra Cármen Lúcia, já havia vislumbrado a necessidade de urgência na definição da ação, incluída em pauta do plenário desde o início do ano passado, e ainda aguardando julgamento. Ele destacou ainda dispositivos da Lei das ADIs (Lei 9.868/1999) e do Regimento Interno do STF que autorizam a Presidência do Tribunal a decidir sobre questões urgentes no período de recesso ou férias.

“Considerando a relevância dos fundamentos deduzidos na inicial e a proximidade do julgamento de mérito desta ação direta de inconstitucionalidade, tudo recomenda, neste momento, a suspensão liminar dos dispositivos impugnados, bem como dos atos administrativos que buscam efetivá-los em toda a sua amplitude”, afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

**Brasileiro que teria provocado acidente que deixou três mortos na Austrália tem pedido de fiança negado**



O brasileiro Nei Lima da Costa (foto), de 29 anos, foi julgado apenas três dias após o acidente que deixou três mortos e três feridos em Melbourne, na Austrália. Ao dirigir sob efeito de metanfetamina, no dia 12 de janeiro, Nei teria furado um sinal vermelho, atropelado pedestres e batido em outro carro. O juiz negou seu pedido de fiança e o brasileiro segue preso desde que deixou o hospital no dia 13, usando muletas.

Segundo a imprensa local, Nei é casado com uma australiana e eles moram em Melbourne com a filha do casal, que tem dois meses de vida. O jornal Herald Sun News aponta que ele dirigia a mais de 120km/h, acima do limite de velocidade permitido, de 80km/h. A polícia informou ao juiz que o brasileiro admitiu estar sob efeito de “ice”, uma forte metanfetamina, durante o acidente. Ele estaria enfrentando o vício há cerca de dez meses. Os investigadores foram contrários à liberação do brasileiro sob fiança e afirmaram que ele representava perigo à comunidade e poderia tentar deixar a Austrália.

No acidente faleceram os pedestres Anthony Parsons, de 45 anos, e o casal Isnimi e Savvas Menelaou. O filho deles e seus tios ainda estão no hospital. Na audiência no tribunal, Nei ficou atrás de um vidro de proteção. De acordo com o jornal, sua advogada Lisa Mendicino alega que os parentes das vítimas ameaçaram a família do brasileiro. “Ele sabe que será preso em um futuro muito próximo”, disse Lisa ao Herald Sun News, por isso Nei gostaria de ser liberado enquanto o julgamento não termina, para colocar em ordem assuntos pessoais.

Nei enfrenta três acusações de direção culposa, três de negligência provocando ferimentos graves e uma de conduta imprudente colocando vidas em risco. A próxima audiência está marcada para março.

## Cabe à montadora provar que não houve defeito em acionamento de air bag

Por maioria de votos, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso especial de uma consumidora contra a Renault do Brasil S/A pelo não funcionamento do *air bag* em uma colisão que envolveu o veículo da autora. Os ministros reformaram decisão de segunda instância que afastou a responsabilidade da montadora porque a consumidora não conseguiu provar o defeito no sistema.

O acidente aconteceu em 2004, na cidade de Porto Alegre (RS). O automóvel da consumidora, um Renault, foi atingido pela frente por outro veículo. Apesar do uso do cinto de segurança, a proprietária sofreu diversas lesões, principalmente no rosto, tendo de ser submetida a cirurgia de rinoseptoplastia.

Como o veículo possuía sistema de *air bag*, e este não foi acionado no momento da colisão, a consumidora ajuizou ação de indenização contra a Renault, sob a alegação de que as graves lesões sofridas não teriam ocorrido caso o item de segurança tivesse funcionado adequadamente.

**Indenização negada** - A perícia foi realizada após o conserto do carro, de forma que o laudo con-

frontou apenas informações sobre o funcionamento do *air bag* e as características da colisão. A conclusão do perito foi de que, apesar de identificar o choque, o sistema interpretou que as condições de desaceleração não eram suficientes para acionar o dispositivo.

A sentença acolheu o laudo pericial. “Nada indica que o *air bag* instalado pela fabricante, quando do acidente, não foi acionado pelo sistema de comando, em razão de defeito no produto, mas por ausência das condições especificadas no manual para o seu funcionamento. Não procede, assim, os pedidos indenizatórios formulados pela autora”, concluiu o juiz.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) também negou o pedido da motorista. Para o TJRS, como não ficou provada a existência de falha no sistema de acionamento do *air bag*, “as consequências processuais negativas deveriam ser suportadas pela consumidora, que falhou em sua oportunidade de provar os fatos constitutivos de seu direito”.

**Ônus da prova** - No STJ, entretanto, o ministro Luis Felipe Salomão, relator, observou que as deci-



Ministro Luis Felipe Salomão

sões de primeira e segunda instância foram contrárias ao entendimento já consolidado no STJ. “Não poderia o acórdão ter repassado os encargos da prova para a consumidora com o fito de isentar a fornecedora pela responsabilidade de seu produto”, disse Salomão.

O relator destacou que o parágrafo 3º do artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece que o fornecedor só não

será responsabilizado se provar: I - que não colocou o produto no mercado; II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

“É a diferenciação já clássica na doutrina e na jurisprudência entre a inversão *ope judicis* (artigo 6º, inciso VIII do CDC) e inversão *ope legis* (artigo 12, parágrafo 3º e artigo 14, parágrafo 3º do CDC)”, disse.

**Recurso provido** - Em relação ao laudo pericial, Salomão entendeu que as considerações do perito também não foram suficientemente conclusivas e, por isso, deveriam ser interpretadas em favor da consumidora, vulnerável e hipossuficiente.

“Levando-se em conta o fato de a causa apontar para hipótese de responsabilidade objetiva do fornecedor pelo fato do produto, não havendo este se desincumbido do ônus que lhe cabia - inversão *ope legis* -, é de se concluir pela procedência do pedido autoral com o reconhecimento do defeito do produto”, concluiu.

Além da indenização pelos prejuízos materiais sofridos, a consumidora receberá R\$ 20 mil por danos morais.



# LEGISLATIVO

## Educação de trânsito pode ser disciplina obrigatória no currículo do ensino básico

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado um Projeto de Lei para incluir educação de trânsito nas disciplinas obrigatórias do currículo escolar do ensino básico. A proposta tem o objetivo de valorizar temas como ética, cidadania e respeito às leis. “O direcionamento desses valores para o ato de dirigir veículos automotores constituiria grande avanço na formação de cidadãos mais plenos e na consolidação da paz no trânsito”, diz o autor do projeto, ex-senador Flávio Arns.

Arns acredita que o ensino do tema nas escolas é necessário porque não proporciona o conhecimento apenas para condutores de veículos, mas também para o pedestre no sentido de evitar possíveis acidentes.

Segundo o relator do projeto, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o parecer é favorável, pois “o combate ao excesso de violência, irresponsabilidade e desrespeito às leis no trânsito brasileiro, com efeito, passa pela edu-

cação dos futuros condutores de veículos, que não só crescerão com uma mentalidade mais responsável ao volante como poderão até mesmo transmitir esses princípios e conhecimentos aos seus pais e adultos com quem convivam”.

O Projeto de Lei está pronto para ser votado na CCJ, se aprovado passará para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).



Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)

## PL isenta seguradora de consertar carro de motorista alcoolizado

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5764/13, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que isenta as seguradoras da obrigação de ressarcir danos materiais causados por acidente de carro conduzido por motorista embriagado.

Pela proposta, a seguradora também será isenta de responsabilidade se o motorista estiver com capacidade psicomotora alterada em razão de outra substância psicoativa que determine dependência, como drogas.

Essa cláusula limitadora de responsabilidade será incluída nos contratos de seguro de

veículos, mas não alcançará as coberturas de danos a terceiros.



Deputado Sandro Mabel

Ainda segundo a proposta, a comprovação da alteração da capacidade psicomotora do motorista poderá ser feita mediante imagem, vídeo, teste, exame clínico, perícia ou por qualquer outro

procedimento disciplinado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

“O projeto de lei pretende induzir nossos motoristas a um comportamento mais humano no trânsito, punindo aqueles que, alcoolizados, venham a provocar acidentes, na medida em que os impede, se flagrados nessa situação, de se beneficiarem de indenizações contratadas junto à seguradora”, explica o autor.

**Tramitação** - A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Motorista embriagado que causar morte poderá perder o veículo

*A nova punição irá se somar à pena já prevista no Código de Trânsito de detenção de dois a quatro anos em casos de homicídio culposo. Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada por duas comissões da Câmara e pelo Senado*

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5441/13, do deputado Fábio Trad (PMDB-MS), que pune com a perda do veículo o motorista condenado por homicídio culposo no trânsito que tenha praticado o crime alcoolizado ou sob a influência de drogas.

A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), que já pune com detenção, de dois a quatro anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir nos casos de homicídio culposo. O código também prevê detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição da cartei-

ra de motorista para quem dirigir sob efeito de álcool ou drogas.

Fábio Trad ressalta que a pena de perdimento de bens já é prevista na Constituição. Para ele, o acréscimo dessa norma à legislação de trânsito deve diminuir o número de homicídios cometidos por pessoas embriagadas ou drogadas, além de aumentar o poder dissuasório da lei. Ele destaca ainda que isso facilitará a indenização das vítimas, ao reter os veículos usados nos crimes.

Segundo o deputado, a punição atingirá até mesmo os veículos que tenham sido emprestados para os motoristas condenados. “Assim, maior cuidado terá o proprietário antes de emprestar o veículo a pessoa que faz uso de álcool ou entorpecentes e dirige em contrariedade à lei”, afirma.

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Proposta cria penas para quem dirigir ou estacionar em ciclofaixas

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5448/13, do deputado Camilo Cola (PMDB-ES), que classifica como infração gravíssima dirigir ou estacionar em acostamento sinalizado para tráfego de bicicletas, as chamadas ciclofaixas. Essa infração, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB, Lei 9.503/97), rende sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Quem estacionar o veículo em ciclofaixa, além dos pontos na carteira de motorista, deverá pagar multa de R\$ 191,54 e terá o carro removido. Já usar o acostamento sinalizado para bicicletas para ultrapassagem vai render

multa de R\$ 127,69 e retenção do veículo.

Segundo o relator, é comum encontrar automóveis estacionados nas ciclofaixas, obrigando ciclistas a desviarem para a pista de rolamento com risco de atropelamento e até morte. “Esperamos contribuir para uma melhoria nas políticas públicas das metrópoles e melhorar a infraestrutura das ruas para torná-las mais seguras aos ciclistas”, disse Cola.

### TRAMITAÇÃO

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)



**Art. 45.** Mesmo que a indicação luminosa do semáforo lhe seja favorável, nenhum condutor pode entrar em uma interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.



# Dicas para fugir do calor no trânsito

*No auge do verão, saiba como evitar problemas de saúde ao volante*

A combinação de trânsito e calor pode causar problemas bem mais graves do que o convencional estresse. “Muito tempo no trânsito e no calor pode levar a desidratação. Gerando sonolência, fadiga, tontura, e um eventual desmaio. Faz com que o indivíduo perca a concentração e o raciocínio rápido, podendo causar um acidente”, alerta o Dr. Dirceu Rodrigues, diretor do departamento de medicina de tráfego ocupacional da Abramet (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego).

Mesmo no verão, o ambiente de trânsito ajuda ainda mais a aumentar o calor. A sensação térmica dentro do veículo pode ser até 5°C mais quente do que a real temperatura. Isso ocorre por causa do motor quente e pelo ambiente fechado. A irradiação solar também pode causar queimaduras de primeiro grau e pode levar o indivíduo ao câncer de pele. Lesões oculares também são comuns nessas situações. “É recomendada sempre a proteção ocular com os óculos escuros”, afirma o Dr. Dirceu.

Para evitar os problemas mais cotidianos, a solução é simples: “se hidratar o máximo possível, repondo potássio e sódio”, avisa o Dr. Dirceu. Comer alguma fruta e beber bastante água é recomendado em qualquer situação, no trânsito não é diferente. Isotônicos também ajudam.



Desidratação não é o único perigo. Queimaduras de primeiro grau também são causadas nessas situações. Problemas simples podem até gerar um câncer de pele. É recomendado o uso de filtro solar.

Se o calor estiver muito forte, é aconselhável usar roupas leves. Bermuda, regatas e sandálias.

Evitar terno e gravata. Não se esqueça de proteger a cabeça. Um chapéu ajuda a evitar problemas causados pelo sol.

A última dica do Dr. Dirceu Rodrigues é também a mais importante: “Evitar pegar o trânsito entre as 10h e às 16h, quando a exposição de raios ultravioletas é maior”.

**Estacionamento quente** - As vagas na sombra são as mais disputadas, e com razão. Estacionar debaixo do sol – mesmo que por pouco tempo – pode deixar o carro muito quente. O recomendado é abrir as portas e deixar o vapor quente de dentro do veículo sair, esse processo não leva mais do que cinco minutos. Ligar o ar-condicionado também ajuda. “É importante realizar esse processo, pois o ar quente contém gases prejudiciais a saúde que emanam de tudo que tem no interior do carro”, lembra o Dr. Dirceu Rodrigues.

Com o veículo em movimento, basta fechar os vidros e manter o ar-condicionado ligado.



## AO DIRIGIR, mantenha a postura

Seja no horário de pico ou em uma estrada livre, dirigir exige postura. O trânsito engarrafado é um vilão dos músculos e articulações. Por isso, é preciso fazer ajustes para não sofrer com as dores causadas pelo mau posicionamento.

Conforme especialistas, o hábito de passar mais de uma hora e meia no trânsito pode provocar dores e lesões, além de transtornos emocionais.

O fisioterapeuta José Meudo atenta para detalhes importantes antes de dar a partida no seu carro. “A distância do banco, altura e inclinação em relação ao painel e a direção são preocupações importantes. A posição correta é estar com as duas mãos no volante e o cotovelo levemente refletido. As pernas devem ficar dobradas em um ângulo de 90°”.

O especialista em ergonomia automotiva e diretor conselheiro da SAE Bahia, Rodrigo Leite, salienta que os bancos do carro devem vestir o condutor. O cinto de segurança deve passar pelo ombro e atravessar o peito sem tocar no pescoço. “Na hora dos ajustes, os controles como volante e câmbio devem estar ao alcance da mão do motorista, que também deve prezar

pela visibilidade interna e externa sem esforço físico”.

Rodrigo ressaltava que os engenheiros levam em consideração pessoas com um padrão de altura médio entre 1,5 metro à 2 metros para fabricar os veículos. Para as variáveis dos diferentes biotipos os usuários devem obedecer às regulagens. “Os veículos mais luxuosos apresentam mais possibilidades de regulagens em relação a veículos mais básicos”.

Segundo Leite, cada vez mais a indústria automotiva tem se voltado e focado no consumidor. Itens como câmera de ré, volante com regulagem de altura e profundidade e câmbio automático são comodidades disponíveis em modelos mais caros.

### RISCOS À SAÚDE

De acordo com José Meudo, mais que um torcicolo ou uma dor nas costas no dia seguinte, ficar muito tempo no trânsito pode agravar outros quadros mais graves. “Manter a mesma posição por muito tempo é ruim para músculos, articulações e circulação sanguínea”.

Ficar muito tempo sentado também pode agravar problemas como hérnias de disco, lesões e ligamentos musculares.

## Carros x Enchentes: como agir?

Apesar do verão ser a estação mais bem vinda do ano, as chuvas fortes são umas das principais características e, infelizmente, podem causar muitos danos, inclusive no trânsito. Não é incomum ver o noticiário de tv e acompanhar carros que chegam a ser arrastados por enxurradas, ou simplesmente abandonados, por conta do domínio das águas que muitas vezes atingem até o interior dos veículos.

Logicamente que a água em abundância não é boa para a parte mecânica dos veículos, porém algumas medidas viáveis podem ser adotadas em casos como este. Uma delas é manter a calma e não tentar vencer as águas, já que não sabemos o quanto do motor foi atingido. É necessário ter paciência e aguardar que o nível fique baixo.

Se for para seguir em frente, a aceleração pode ser o principal fator para um prejuízo maior. O im-

portante é que não ultrapasse os 2.500/rpm de rotação para diminuir a variação do nível da água fazendo com que o respingar junto ao motor fique estável e possa evitar demais contaminações dos componentes eletroeletrônicos. Os carros com transmissão automática devem ser substituídos pela posição manual para que não possam correr o risco de aumentar a velocidade. As opções WINTER ou SNOW devem ser utilizadas nestes casos para ajustar a tração. Se possível não utilizar o ar condicionado. Quanto menos equipamentos em funciona-

mento, melhor para reduzir certos riscos como o de calço hidráulico.

Caso o veículo já tenha passado por enchentes ou alagamentos de alta intensidade, o check-up deve ser feito no mínimo, a cada seis meses. É extremamente recomendado ficar de olho principalmente no sistema de injeção, que pode causar eventuais transtornos inesperadamente. No demais, a paciência sempre será bem vinda em uma situação constrangedora como essa e toda cautela pode prevenir para que os resultados não sejam tão devastadores assim.



# Trânsito no RS matou o equivalente a uma tragédia na Kiss a cada 45 dias

As estradas e ruas gaúchas registraram no ano passado 1.980 mortes, de acordo com o Comitê Estadual de Segurança no Trânsito. É como se a cada 45 dias tenha ocorrido uma tragédia como a da boate Kiss, em 27 de janeiro do ano passado, que matou 242 pessoas, em Santa Maria.

Os números ainda não estão finalizados, já que seguem faltando os dados de dezembro, fechados sempre um mês depois dos acidentes para incluir óbitos que ocorrerem em hospitais consequentes de colisões nas estradas. De acordo com o assessor técnico do Comitê, coronel Ordeli Gomes, o acompanhamento dos casos mostra que não devem ocorrer grandes variações.

Conforme Gomes, o fato de os óbitos no trânsito ocorrerem em vários pontos e datas diferentes do Estado e matando menos pessoas de uma só vez faz com que “a sociedade acabe se acostumando”, lamentou. Segundo ele, os óbitos nas estradas são “fruto de questões de manutenção do veículo... fruto de comportamento inadequado como mistura de álcool e direção”.

Apesar do número de mortes, o Estado vem atingindo as metas estipuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a redução das mortes de trânsito. É uma tragédia: a maior causa de mortes violentas no Rio Grande do Sul, admitiu. Se todas os limites de óbitos forem atingidos, levando em



conta o total de óbitos que ocorrem diariamente hoje, cerca de dez mil vidas serão preservadas até 2020, estimou o oficial. A ideia é de que, a cada ano, haja redução de 3,1%.

#### RELEMBRE

2011	2.087 pessoas morreram
2012	2.091 pessoas morreram
2013	1.980 (dados parciais)

#### METAS E NÃO PASSAR DE

2011	2.123 mortes
2012	2.057 mortes
2013	1.993 mortes
2014	1.932 mortes
2020	1.599 mortes

#### 2014 COMEÇOU VIOLENTO

Os primeiros 20 dias de janeiro, em 2014, se mostraram mais violentos do que o mesmo período do ano passado. Foram 43 mortes no trânsito, contra 29,

em 2013. Nas rodovias federais, foram 17 óbitos, contra 16 no ano anterior. A segunda quinzena de janeiro foi a mais violenta, com o registro de 14 óbitos em apenas dois acidentes, um deles na BR-392, entre Roque Gonzales e Porto Xavier, e outro na BR-386, em Pouso Novo.

**NOTA DO EDITOR:** É lamentável observar a timidez das metas estipuladas no Brasil. A não ser que sejam “metas” para a manutenção do caos.

## Japão declara ‘guerra no trânsito’ e reduz acidentes com mortes

Os japoneses declaram uma “guerra no trânsito” para diminuir o número de acidentes no país.

Nas ruas de Tóquio, é difícil - quase impossível - ouvir uma buzina. Um trânsito menos agressivo, que se reflete nas estatísticas do país. Com uma frota de mais de 76 milhões de veículos, no ano passado as mortes provocadas por acidentes foram 4.373.

Queda de quase 1% em relação a 2012. Mas olhando com mais atenção, vê-se que o número de vítimas fatais vem diminuindo há 13 anos. Num esforço que se iniciou há bem mais tempo.

“Guerra no trânsito” foi uma expressão que começou a ser usada no Japão em 1970. Naquele ano, cerca de 17 mil pessoas morreram em acidentes em ruas e estradas do país. Um número considerado altíssimo, inaceitável, para os padrões japoneses.

Desde então, o país se preparou: a legis-

lação ganhou mais rigor, especialmente para quem bebe e pega o volante. Os carros se modernizaram, tornando-se mais seguros. E a educação criou pedestres e motoristas mais conscientes. A senhorinha, que pedala todo dia, diz que aqui “os carros respeitam as bicicletas”.

Nishida Yasushi começou a estudar o trânsito há 30 anos e afirma que não esperava testemunhar uma queda como esta. Para ele, o futuro poderá continuar trazendo boas notícias: rodando, um dia, sem motoristas, os carros terão ainda mais segurança. Porém, “não basta desenvolver as máquinas: há de se continuar a educar as pessoas para saber usar tanta tecnologia”.

**NOTA DO EDITOR:** Certamente, para alcançar tamanho sucesso, o Japão deve ter estipulado metas bem mais ousadas. Isso sim é meta alcançada!



## CARTAS

**O Ano da Copa**

“É lamentável perceber que o chamado ‘legado’ da Copa do Mundo não será deixado no Brasil. Mais uma vez, a incompetência de gestão, ampliada pela velha conhecida robalheira, ou melhor, pelo super faturamento (cada vez mais presente nas obras públicas) nos impedirão de ter um país melhor. Só espero que, no dia 5 de outubro, nossa Nação vote consciente e procure escolher, de fato, melhores dirigentes para o nosso país.”

**Mônica Leiva – Campo Grande/MS**

**Espaço do Presidente**

“Gostei do novo Espaço do Presidente! Notinhas curtas, diretas ao ponto e a visão sempre consciente do presidente Roberto Bentes. Morador desta Ilha desde que nasci, confesso que me sinto como que tendo minha casa invadida a cada temporada de verão. Não que eu não goste dos turistas, não é isto. Apenas lamento que nossa cidade não ofereça a infraestrutura necessária para recebê-los, nem para manter os cidadãos que, durante todo o ano, trabalham para manter a economia girando. Acho um desrespeito tudo isso e também concordo que alguma atitude mais ‘agressiva’ devesse ser tomada, para o bem geral da população insular florianopolitana. E tenho dito!”

**Jonathas Machado – Florianópolis/SC**

**Joinville**

“Gostei de ver a Cidade das Flores estampada na capa do jornal O Monatran. Sem dúvida alguma, Joinville tem muito a melhorar em termos de infraestrutura de trânsito, mobilidade e segurança viária. Com certeza, o olhar atento do Monatran nos ajudará na luta por uma Joinville melhor nos quesitos trânsito, mobilidade e educação. Parabéns pelo trabalho!”

**Bernardo Sodré – Joinville/SC**

**Abertura de Portas**

“Esclarecedor o artigo do Espaço Livre da última edição, assinado pelo advogado Marcelo José Araújo. Infelizmente, as pessoas andam tão preocupadas consigo mesmas que se esquecem do mundo ao seu redor. Eu já presenciei diversos tipos de acidentes decorrentes da falta de atenção ao abrir as portas dos veículos. Parabéns pelo espaço reservado para a discussão desse assunto simples, mas não pequeno em importância!”

**Evellyn Correa – Brasília/DF**

**Férias de verão**

“Concordo inteiramente com o autor do artigo ‘Férias de Verão’, José Roberto de Souza Dias. ‘As tradicionais operações de verão não conseguem frear a violência dos acidentes, apesar dos esforços de nossas polícias rodoviárias, competentes e engajadas na luta pela vida.’ Nosso governo passa o ano inteiro sem agilizar medidas preventivas em prol da segurança viária e depois joga a responsabilidade para cima da Polícia Rodoviária que, além de ter muitas outras funções a desempenhar, sofre com a falta de estrutura e de efetivo. Isso é uma vergonha!”

**Arley Yanaguita – São Paulo/SP**

**Plano Diretor**

“Muito interessante conhecer a história da tentativa de criação do Plano Diretor de Florianópolis! Para mim, o relato apresentado pelo articulista Ildo Raimundo Rosa só reforça o pouco interesse de nossas autoridades em se construir algo sério para a bela cidade de Florianópolis. Infelizmente, os jogos de poder acabam sempre prevalecendo sobre o bem comum. Por conta disso, prefiro não esperar muito, a fim de não me decepcionar no final.”

**Adriana Becker – Palhoça/SC**

**Notas e flagrantes**

“Gostaria de dar as boas vindas a nova responsável pela seção de Notas e Flagrantes, Fernanda Maciel. Certamente, será muito agradável observarmos o trânsito sobre uma ótica feminina. Sucesso!”

**Márcia Schlemper – São José/SC**



# Mudanças no trânsito podem diminuir risco de acidentes com pedestres, sugere OMS

Todos os anos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 270 mil pedestres perdem a vida no trânsito, enquanto outros sobrevivem com lesões e podem ficar incapacitados ou com dificuldades de mobilidade. Nas América do Sul, Norte e Central, as mortes de pedestres representam, em média, aproximadamente 20% do total de óbitos registrados no trânsito.

Para reverter este quadro, a OMS lançou no Brasil o manual 'Segurança de Pedestres'. Voltado para gestores públicos e profissionais da área de transporte, a publicação traz informações como os principais fatores de risco, formas de avaliar se as vias oferecem segurança para quem anda a pé, e sugestões para implementação de medidas eficazes.

O manual destaca a importância de se discutir engenharia de trânsito, legislação e fiscalização, além de medidas voltadas à mudança de comportamento de pedestres e motoristas. A OMS também chama a atenção para os benefícios da caminhada, que deve ser promovida como um modo de transporte. Os

pontos positivos são melhorias na saúde e preservação do meio ambiente.

Mudanças no trânsito que podem trazer mais segurança aos pedestres, por exemplo, são intervenções para reduzir a exposição aos locais por onde trafegam os veículos (construção de calçadas, melhorias em faixas de pedestres, instalação de mais semáforos, passarelas ou passagens subterrâneas). O incentivo à redução da velocidade máxima dos automóveis, por meio de lombadas, rotatórias e sonorizadores, é outra medida eficaz.

O manual da OMS também destaca que é preciso melhorar a visibilidade entre pedestres e veículos motorizados (melhorias nas travessias, iluminação de vias e instalação de sinais sonoros em vias com cruzamento de pedestres) e promover campanhas para conscientizar os cidadãos, além de aplicar ou elaborar leis mais severas para os motoristas que desrespeitam as leis de trânsito.

Os pedestres feridos em acidentes de trânsito merecem atenção especial, destaca a OMS. A entida-

de salienta que um atendimento eficiente, após a ocorrência, pode minimizar as consequências de ferimentos graves e poupar muitas vidas. Um sistema integrado de atendimento – primeiros socorros, acesso a serviços de emergência, transporte apropriado ao hospital, diagnóstico rápido, tratamento intensivo e reabilitação – é fundamental para diminuir o número de vítimas fatais no trânsito.

**Idosos** - Diversos fatores – mobilidade reduzida e menor acuidade visual e auditiva, por exemplo – contribuem para aumentar o índice de acidentes com pedestres idosos, cuja segurança também é discutida pelo manual. Algumas medidas podem ser implementadas para diminuir o problema: instalação de ilhas de refúgio ou canteiros centrais, aumento do tempo para o cruzamento de vias com semáforo e reparação de meio-fio e rampas de acesso quebradas.

*Manual da Organização Mundial de Saúde (OMS) propõe medidas para garantir mais segurança para quem anda a pé.*



## ESPAÇO LIVRE

Archimedes A. Raia Jr. \*



## O Governo não prioriza a segurança no trânsito

Em 25 de julho de 2012, o Denatran publicava, em seu site, a seguinte nota: “O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definiu que até 2014 todos os veículos produzidos no país deverão conter, obrigatoriamente, dois itens de segurança dos condutores: os air bags e o sistema antitravamento de rodas – freios ABS.” Esses dois equipamentos foram previstos nas Resoluções nº 380/2011 e nº 311/2009, respectivamente, do Contran.

O Denatran justificava a aplicação das normas como “um passo importante para diminuir os índices de mortalidade e acidentes no trânsito.” Não por acaso estas medidas se faziam necessárias. Por quê?

Os cintos de segurança eram, inicialmente, um recurso opcional, nos EUA, e foi implantado em um automóvel, em 1950. Poucos acreditavam em sua eficácia. Décadas depois, os cintos se tornaram obrigatórios nos Estados Unidos, em diversos países, e também no Brasil, muito tempo depois. Os cintos de segurança representam um dos maiores avanços na segurança automobilística em todos os tempos.

Ao longo do tempo, outra ideia pioneira foi a

do air bag. Pesquisas mostram que os motoristas protegidos por air bags e cintos estão 35% menos suscetíveis de sofrerem ferimentos graves, em um acidente, do que aqueles que só usam os cintos de segurança.

Posteriormente, o freio antitravamento (ABS) trouxe novos avanços. Com o ABS acionado, quando as rodas do carro começarem a travar, um computador ativa um sistema que bombeia os freios automaticamente, de forma pulsante, muitas vezes por segundo, evitando as derrapagens. O resultado é melhor frenagem e controle de direção. Todos esses três itens são obrigatórios pela legislação americana há décadas.

Em 2014, enfim, teríamos 100% dos carros fabricados no Brasil saindo de fábrica com esses equipamentos de forma obrigatória. No entanto, qual não foi a surpresa quando o ministro Mantega afirmou, há menos de 20 dias da entrada em vigor das medidas, que os equipamentos que ajudam a salvar vidas e impedir que milhares fiquem seriamente mutilados vão contribuir para o aumento da inflação.

Ora, milhares de pessoas mortas ou grave-

mente feridas, por outro lado, vêm contribuindo para o aumento da “inflação” nos índices de mortalidade no trânsito brasileiro. Esta pode!

Adicionalmente, há que se lembrar que o Brasil está de “segunda época” na disciplina segurança viária, ao fazer parte dos países que estão tentando se recuperar com a “Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito - 2011/2020”, criada pela ONU.

O país está indo muito mal nesta matéria. Afinal, segurança no trânsito não é e nunca foi prioridade dos governos brasileiros, que se acomodaram com os trágicos patamares de (in) segurança viária prevalecentes desde os tempos de JK.

Menos mal que, depois de tanta repercussão negativa na mídia, o Governo manteve a decisão da entrada em vigor desses “novos” equipamentos de segurança viária. Mas, foi muito mais pela pressão do que pela convicção. Lamentável!

\* Engenheiro, doutor em Engenharia de Transportes, especialista em Engenharia e Segurança Viária, professor da UFSCar, coautor dos livros Segurança no Trânsito, Segurança Viária e Polos Geradores de Viagens Orientados a Qualidade de Vida e Ambiental. Diretor de Engenharia da ASSENAG

# Os pedestres de hoje são os motoristas de amanhã

**Em 1960, 1 em cada 4 pessoas caminhava pelo menos dez minutos por dia como forma de deslocamento. Hoje, é uma em cada dez. Se nada for feito, é provável que as pessoas optem cada vez mais pelo deslocamento motorizado conforme o passar dos anos.**

É comprovado. Caminhadas regulares trazem benefícios físicos, emocionais, sociais, intelectuais e financeiros a quem anda. E também contribuem para uma cidade mais humana. Mas ainda há quem prefira o carro – mesmo para curtas distâncias.

É o que mostra uma pesquisa do Banco Mundial sobre hábitos de deslocamentos entre funcionários de três grandes corporações em São Paulo. Entre os que moravam a menos de 1,5km de distância do trabalho, mais da metade

viajava de carro. A descoberta não surpreende. O automóvel também era o favorito da maioria entre todos os modais.

De olho nessa questão, o departamento de transportes de Londres (Transport for London) quis descobrir quem caminha como forma de deslocamento e por quê. O perfil é basicamente formado por jovens entre 20 a 44 anos, a maioria mulheres e solteiros. Moradores de áreas centrais também andavam mais do que os de bairros periféricos.

**AFINAL, POR QUE AS PESSOAS CAMINHAM OU NÃO?**

A quantidade de pedestres nas ruas vem caindo com o passar do tempo. Quais os fatores-chave desse declínio?

A pesquisa do Transport For London também perguntou quais os argumentos que mais motivam as pessoas a deslocarem-se a pé. O mais convincente, segundo os entrevistados, é que caminhar é uma atividade física. Seguindo do fato de ser um transporte



**Alguém se arriscaria nessa calçada?**

sustentável, relaxante e econômico. Por fim, o menos motivador é de que a prática é agradável.

Tempo, rotina e localização são importantes na opção sobre caminhar ou não. Mas quais são os fatores-chave do ambiente urbano que levaram ao declínio do número de pedestres nas ruas? Aí vão algumas teorias:

## 1. CALÇADAS INADEQUADAS OU INEXISTENTES

Um espaço urbano acessí-

vel oferece segurança às pessoas que decidem caminhar. Certamente, ninguém deseja andar em ruas esburacadas e estreitas.



**Uma escadapiano no metrô de São Paulo atraiu as pessoas, que faziam música enquanto pisavam-no.**

## 2. POLUIÇÃO

Com tantos carros e congestionamento, é quase impossível aproveitar uma caminhada tranquila nas grandes cidades. As poluições do ar e auditiva transformam o que poderia ser benéfico em um exercício de paciência.

## 3. FALTA CRIATIVIDADE NO AMBIENTE URBANO

Nossas cidades simplesmente não são criativas o bastante para atrair mais pedestres para as ruas. Desde pequenos detalhes como sinalização de distâncias e tempo de viagem a pé, até “surpresas” pelo meio caminho poderiam ser incorporadas para melhorar o dia-a-dia urbano.



Recuperação da Ponte do Limão, São Paulo

**CONSERVAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO É A PONTE PARA UMA VIDA MAIS SEGURA.**

Restauração de patrimônio histórico e arquitetônico  
Retrofit | Recuperação estrutural | Obras especiais

[www.concremat.com.br](http://www.concremat.com.br)



**CONCREJATO**  
obras especiais

Líder em restauração e recuperação de estruturas.